



Moreno Mariz

Líderes concordaram com a votação simbólica, que não prosperou

Plenário adia para hoje a votação de medida provisória

A contestação de alguns senadores a um acordo de líderes levou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a adiar para hoje a votação da medida provisória que abre créditos extraordinários de R\$ 12,5 bilhões para o BNDES. Um pedido de verificação de quórum mostrou

que não havia o número mínimo de senadores em Plenário para a votação. O líder do governo, Romero Jucá, esclareceu que muitos senadores deixaram o Plenário para comparecer a outros eventos, na certeza de que tudo se resolveria com a votação simbólica. **3**



Jane Araújo

Garibaldi: "Risco é levado em conta pelos empreendedores na hora de investir"

Garibaldi critica MPs que possam interferir em marcos regulatórios

Em discurso no Tribunal de Contas da União, presidente do Senado defendeu a proibição de medidas provisórias sobre

temas submetidos a marcos regulatórios. Advertiu que a segurança jurídica fica fragilizada com risco de mudança de regras. **3**

Proposta de CPI vai definir crime de pedofilia

Projeto que será apresentado pela comissão criminaliza condutas como aquisição e veiculação de pornografia infantil pela internet

A CPI da Pedofilia aprovou ontem projeto que deverá ser apresentado pela comissão com o objetivo de intensificar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil. A proposta define o crime de pedofilia, aumenta penas de condutas envolvendo crianças e adolescentes já previstas em lei e tipifica novos crimes, inclusive os praticados pela internet. Também foi aprovada urgência para a tramitação da proposição no Senado. **5**



Leopoldo Silva

Magno Malta mostra CD com informações recebidas do UOL: "Aqui, certamente, tem muita lama, lágrima e sangue"

Serys propõe salário mínimo de R\$ 453,67

A recomposição do salário mínimo para R\$ 453,67 no próximo ano é uma das recomendações contidas no relatório de Serys Slhessarenko ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. A senadora apresenta o documento hoje à Comissão Mista de Orçamento. **4**

Comissão espera ouvir Roberto Teixeira

A Comissão de Infra-Estrutura deve ouvir hoje, às 10h, o advogado Roberto Teixeira, que atuou na venda da Varig para a VarigLog e, posteriormente, para a Gol. Ele foi acusado por Denise Abreu de ingerência na homologação do negócio pela Anac. **6**

José Cruz

Cristovam (D) discursa na sessão requerida por ele e Virgílio (E); Alvaro (C) preside, ao lado de Marlídice



Homenagem a Jefferson, um ético na política

Família de Jefferson Péres compareceu à sessão solene de homenagem à memória do senador que deixou exemplo de vida. **8**

Senado sedia 1º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo, no qual é reivindicada a votação do projeto que institui a Lei Geral das Cooperativas



Presidente do Senado (2º à esq.) destaca o fato de 25 milhões de pessoas estarem envolvidas em cooperativas no Brasil

Garibaldi: cooperativismo é mola do desenvolvimento

DURANTE A ABERTURA do 1º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o faturamento das cooperativas brasileiras, que, em 2007, superou R\$ 72 bilhões, as coloca como molas propulsoras do desenvolvimento.

– Esses bilhões e bilhões sobre os quais se fala em matéria de cooperativismo poderiam ser transformados em palavras simples, como solidariedade, apoio mútuo e sentimento de convergência. Isso faz com que o cooperativismo chegue onde chegou e nos mostra onde é capaz de chegar – disse.

Garibaldi ainda definiu o cooperativismo como “uma verdadeira filosofia de vida”, que representa e mobiliza valores como participação democrática, independência e autonomia. Para ele, isso explicaria por que os 13 ramos de atividade em que o cooperativismo está presente alcançam o patamar de 6% do

produto interno bruto (PIB).

– Gera orgulho saber que o cooperativismo está chegando a esses números. Em 2007, só o cooperativismo rural representou 2,85% do PIB brasileiro. Em termos de emprego, as estimativas apontam para 25 milhões de brasileiros envolvidos nessas associações. Quase 8 milhões de pessoas atuaram diretamente no cooperativismo no ano passado. No segmento externo, as exportações diretas das cooperativas cresceram 16,5% em 2007, em comparação com 2006. No total, foram vendidos ao exterior cerca de US\$ 3,3 bilhões. Tudo isso revela a força do cooperativismo – acrescentou Garibaldi.

Leis

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, foi aplaudido no seminário ao prometer submeter a voto o projeto instituindo o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, além de

outra proposição que modifica a Política Nacional de Cooperativismo. Ele fez a promessa em razão de pedidos do presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, deputado Odacir Zonta (PP-SC), que deseja ver as matérias votadas até o primeiro sábado de julho, quando será comemorado o Dia Internacional do Cooperativismo.

Chinaglia falou ainda do avanço desse ramo de cooperativismo, lembrando as dificuldades enfrentadas na época da ditadura militar, quando a sociedade, para se organizar nessa atividade, dependia da tutela do Estado. Ele disse que foram os constituintes de 1987 que retiraram as travas que impediam o livre desenvolvimento do setor no país.

Na opinião do deputado, a aprovação de uma lei geral para a atividade vai servir para assegurar orientações, conceitos e valores ao cooperativismo. Ele ressaltou, contudo, que haja salvaguardas contra aqueles que se aproveitam das associações para burlar as leis, principalmente as trabalhistas.

Cooperativistas querem ampliar representação

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, defendeu uma permanente representação dos cooperativistas no Congresso. Ao mesmo tempo, agradeceu o Parlamento por estar aberto às informações e necessidades das cooperativas.

Freitas informou que o setor emprega diretamente 250 mil

pessoas. Ele disse ainda haver 1.400 cooperativas de crédito espalhadas no Brasil, com 3.800 postos de atendimento.

– Tudo isso corrobora a luta que empreendemos para fazer valer nossos interesses e nossa representação política aqui no Congresso. Nós, do cooperativismo, fazemos parte de um movimento econômico, basea-

do na organização de pessoas. É socialmente justo. Somos o braço econômico da organização social, e queremos ser reconhecidos como tal – declarou Márcio Freitas.

O 1º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo, realizado no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, continua hoje.

Mário Couto pede uma CPI para o Dnit

O senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) precisa ser investigado por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Como justificativa, ele relatou viagem de ônibus que fez pelo interior do Pará,

onde constatou o mau estado da rodovia BR-222.

Segundo o senador, licitações já foram feitas para a conservação de pontes, que continuam em estado crítico. E anunciou que vai pedir explicações ao Ministério dos Transportes e ao Dnit.

– Vou levantar o número de mortes e entrar na Justiça contra o Dnit – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 10h acontece a cerimônia de outorga do diploma de professor *honoris causa* ao ex-senador Jarbas Pasarinho.

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por três medidas provisórias.

Garibaldi recebe Naruhito

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 12h, o presidente da OAB, Cezar Britto. Às 14h, participa de reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e, em seguida, às 14h45, recebe, no Salão Nobre, o príncipe herdeiro do Japão, Naruhito. Às 16h, o senador preside a ordem do dia em Plenário.

CRA debate fim de subsídio ao algodão nos EUA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 9h, audiência pública para discutir decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorável à queixa

brasileira contra subsídio aos produtores de algodão dos Estados Unidos. Representantes do Itamaraty e do Ministério da Agricultura foram convidados para a reunião.

Fundo para pesquisa na pauta da CCT

A reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 8h45, analisa 14 propostas. Entre elas está a que autoriza faculdades privadas a criarem um fundo para promover a pesquisa científica e tecnológica.

Serys entrega relatório sobre LDO de 2009

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) protocola, às 14h, seu parecer final sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 e concede entrevista coletiva. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião. Na pauta está o projeto que amplia os limites de despesa para 2008.

Roberto Teixeira depõe hoje na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) toma, às 10h, o depoimento do advogado Roberto Teixeira sobre a compra da Varig por sua ex-subsidiária, VarigLog. Ele é acusado de influenciar a Anac a aprovar a negociação.

Ampliação da licença-paternidade

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, entre os 12 itens em pauta, o projeto que amplia a licença-paternidade de cinco para 15 dias e a proposta que incentiva fontes alternativas de energia em prédios.

Subcomissão define pauta e elege presidente

A subcomissão temporária que acompanha a participação do Brasil no Fórum das Águas das Américas e no Fórum Mundial da Água elege, às 14h30, seu novo presidente, em substituição ao ex-senador Sibá Machado. Também será definido o cronograma de seus trabalhos.

Clima

A Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas faz reunião às 10h para apresentação do relatório final.

Caso Finatex tem acareação na CPI das ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs promove, às 14h, acareação entre os promotores de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho e Ricardo de Sousa e o presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatex), Antônio Manoel Dias Henrique. Os três já prestaram depoimentos à CPI.

Reforma tributária e as regiões

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária realizam, às 14h, debate sobre políticas de desenvolvimento regional nas propostas de reforma tributária.

Precatórios em discussão na CCJ

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne para votar uma proposta sobre precatórios judiciais. Também deverão ser analisados projetos sobre a criação de novos municípios.

Geraldo Magela



Para Casagrande, aprovar um novo tributo seria inconveniente

Maior taxaço para produtos supérfluos

O aumento de impostos sobre produtos considerados supérfluos – como cigarro, bebidas e carros de luxo – foi defendido por Renato Casagrande (PSB-ES) como forma de evitar a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS).

A idéia foi sugerida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, que encomendou à Consultoria Legislativa da Casa um estudo sobre o assunto.

A proposta de criação da CSS está em análise na Câmara. Se aprovado naquela Casa e no Senado, o novo tributo deverá funcionar nos mesmos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Casagrande afirmou que a votação da prorrogação da CPMF, em dezembro do ano passado, já causou um grande desgaste ao Congresso e não seria conveniente, neste momento, a criação de um imposto em substituição a ela.

– O governo precisa criar alternativa que não seja a instituição de novos tributos – enfatizou.

Geraldo Magela



Carga tributária aumentou em 2008, afirma Kátia Abreu

Kátia Abreu: CSS é desnecessária

Ao comentar o aumento da carga tributária no primeiro trimestre de 2008 – atingindo a marca de 38,9% do produto interno bruto (PIB) –, Kátia Abreu (DEM-TO) considerou inoportuna a tentativa do governo de aprovar no Congresso a Contribuição Social para a Saúde (CSS).

A senadora explicou que, com essa carga, houve um crescimento de arrecadação nominal da ordem de R\$ 37,1 bilhões no mesmo período, o que, a seu ver, torna desnecessária a criação de mais um tributo, mesmo para financiar a saúde.

– O ministro da Saúde admitiu em audiência pública no Senado que os programas do ministério não foram afetados pelo fim da CPMF. Além desse fator, existe um estudo do Banco Mundial demonstrando que o Brasil gasta mal as verbas destinadas à saúde.

Mais de 30% das internações hospitalares são desnecessárias, o que causa desperdício de R\$ 10 bilhões por ano, acrescentou ela, afirmando que os hospitais do Brasil, “não só do Sistema Único de Saúde, são caros, ineficientes e de qualidade de serviços duvidosa”.

Congresso deve, na opinião do presidente do Senado, buscar a promoção da segurança jurídica, com regras estáveis para investidores, o que envolveria fortalecimento das agências reguladoras

Garibaldi discorda do uso de MPs para mudar marcos regulatórios

A PROIBIÇÃO DE medidas provisórias (MPs) sobre temas submetidos a marcos regulatórios foi defendida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, no Tribunal de Contas da União (TCU). Em discurso no seminário “Portos: em Busca de Soluções para o Setor”, ele declarou que a segurança jurídica dos setores da infra-estrutura nacional fica fragilizada com o risco de o governo editar MPs, mudando regras na área.

– Em se tratando de segurança jurídica, defendo mesmo uma vedação à edição de medidas provisórias em temas submetidos aos marcos regulatórios. De que adiantam, pois, marcos regulatórios, se uma MP, repentinamente,

pode alterar regras e relações, muitas delas estabelecidas para longo prazo? Certamente, esse tipo de risco é levado em conta pelos empreendedores na hora de realizar investimentos – avaliou o senador.

Garibaldi disse esperar que o Congresso retire do seminário subsídios para aperfeiçoar as regras do setor portuário. Especificamente, ele citou que as comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos do Senado em muito se beneficiarão dos resultados do encontro.

Portos

Na opinião de Garibaldi, a volta das discussões sobre os grandes temas nacionais já

significa um louvável avanço na pauta política do país.

Para o presidente do Senado, o aperfeiçoamento normativo do setor de portos deve acontecer mediante a aprovação de uma lei geral, centrada no fortalecimento do papel dos órgãos reguladores e na garantia dos recursos, da competência técnica e da autonomia necessários ao cumprimento de sua missão.

– Em suma, a linha de ação a ser perseguida nos trabalhos legislativos deve ser a de promover a segurança jurídica. E segurança jurídica se obtém com regras estáveis para investidores. Além disso, devemos buscar a consolidação dos marcos regulatórios e o fortalecimento das agências

reguladoras – frisou ainda.

O senador se referiu aos problemas que necessitam de atenção urgente, como a precariedade dos acessos terrestres, rodoviários e ferroviários aos portos brasileiros. E afirmou que, devido a “gargalos” na dragagem, muitos acessos marítimos acabam se inviabilizando.

Conforme Garibaldi Alves, é geral o entendimento de que os marcos regulatórios para o setor não estão ainda adequadamente formatados. No seu entender, a linha de ação a ser perseguida nesse trabalho legislativo deve ser a de aprovar regras que de fato garantam a segurança jurídica nesse setor da economia.



Em seminário promovido pelo TCU, Garibaldi (E) diz acreditar que comissões do Senado podem se beneficiar das informações sobre a situação dos portos

Jane Araújo

Votação de MP é adiada por falta de quórum

A contestação de um acordo de líderes para votação simbólica levou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a adiar para hoje a votação da Medida Provisória 420/08, que abre créditos extraordinários para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 12,5 bilhões. A votação simbólica havia sido utilizada para o exame dos pressupostos de urgência e relevância da MP, e o mesmo se esperava para a apreciação do mérito, mas pedido de verificação de quórum mostrou que não havia o número mínimo de senadores em Plenário para a votação.

Mesmo protestando contra o envio de mais uma medida provisória considerada inconstitucional, por tratar de abertura de crédito extraordinário, a oposição facilitou o exame da MP, que reforça o caixa do BNDES para empréstimos a pequenas e médias empresas e investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

José Agripino (RN), pela liderança do DEM, e Alvaro Dias (PR), pelo PSDB, concordaram com a votação simbólica. Disseram considerar necessário pagar esse preço para votar – e rejeitar – o quanto antes o projeto que cria a Contri-

buição Social para a Saúde (CSS).

A votação simbólica da admissibilidade da MP provocou declarações exaltadas, como a de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Quando da votação do mérito, ele foi um dos autores do pedido de verificação de quórum, juntamente com Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PMDB-PI) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Relator da MP 420/08, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucional a edição de medidas provisórias para a abertura de créditos extraordinários, a não ser em casos de calamidade pública, guerra ou forte comoção social.

Esse ponto de vista foi contestado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para quem a decisão do Supremo restringiu-se à MP 405/08, que abriu créditos extraordinários de R\$ 5,4 bilhões para ministérios. Já Aloizio Mercadante (PT-SP) frisou a necessidade de recursos para uso pelo BNDES em empréstimos à produção.

A base do governo acabou

surpreendida pela verificação do quórum, que Jucá considerou quebra de acordo. O líder do governo lamentou que muitos senadores tivessem deixado o Plenário para comparecer a outros compromissos, certos de que tudo se resolveria com votação simbólica.

No entender de Mário Couto (PSDB-PA), líder da Minoria, não houve acordo, mas manifestações individuais de

Agripino e Alvaro Dias. Garibaldi disse que o acordo havia sido firmado e estava sendo quebrado.

– Não vamos nos comportar aqui como mulher de malandro – disse

Heráclito Fortes.

Papaléo Paes observou que as votações de MPs desgastam a imagem da oposição, pois, ao mesmo tempo em que protesta, facilita a aprovação.

– E o governo não tem moral para nos cobrar cumprimento de acordo, pois firmou, em 1º de abril, um compromisso para aumento de salários dos policiais militares dos ex-territórios e não cumpriu – lembrou Papaléo.

Para Garibaldi e Jucá, acordo foi quebrado por pedido de verificação de quórum

Três ministros tomam posse no STJ

Ao lado do presidente Lula, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou ontem da posse de Geraldo Og Niceas Marques Fernandes, Luís Felipe Salomão e Mauro Luiz Campbell Marques no cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Os magistrados foram aprovados em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 28 de maio e suas indicações foram aprovadas no Plenário do Senado no dia 4 de junho.

Os três vão ocupar, respectivamente, as vagas deixadas pela aposentadoria do ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, pelo falecimento do ministro Hélio Quaglia Barbosa e pela aposentadoria do ministro Francisco Peçanha Martins.

A cerimônia de posse contou ainda com a presença do procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza; do ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Alberto Menezes Direito, de governadores, senadores e deputados.



Arthur Virgílio dirigiu requerimento de informação ao ministro da Defesa

Virgílio quer saber por que Exército está na Providência

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem à Mesa requerimento em que pede informações ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a atuação do Exército no episódio que resultou na morte de três jovens do Morro da Providência por traficantes do Morro da Mineira, no Rio de Janeiro.

Virgílio disse que ficou "constrangido" com notícias que apontam o envolvimento de oficiais do Exército em prática de tortura e na entrega dos três jovens ao grupo criminoso.

– Estou indagando os porquês a respeito dessa operação, a que título o Exército está lá, com que autoridade e com autorização de quem. O fato é intolerável. A atuação dos oficiais do Exército, envolvidos de maneira íntima com grupos criminosos e, ainda, tomando partido de um deles, é algo sério que exige resposta – disse.

O senador lembrou que sempre foi contra a atuação permanente do Exército em substituição à polícia no combate a grupos criminosos.

Garibaldi pede cautela na atuação em favelas

Ao comentar a participação de militares no assassinato de três jovens por traficantes no Rio de Janeiro, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recomendou cautela na presença das Forças Armadas em favelas.

– É preciso ter cuidado com essa função. Ela é necessária, mas podem acontecer desvios. Sempre se disse que a tropa não estava preparada para esse tipo de coisa, mas a necessidade obrigou – disse.

As Forças Armadas atuam no Morro da Providência desde 2007, para garantir a segurança do projeto Cimento Social, do Ministério das Cidades, que promove reformas nas casas dos moradores. O projeto foi inspirado em proposição (PLS 541/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Na segunda-feira, um tenente, um sargento e um soldado confessaram ter entregado os jovens a traficantes do Morro da Mineira, dominado por facção criminosa rival. A intenção teria sido punir os rapazes por desacato, mas eles acabaram sendo mortos pelos traficantes. Onze militares são acusados de envolvimento com o crime.

Texto que será apresentado hoje por senadora à Comissão Mista de Orçamento acrescenta ao mínimo de 2009 a variação do INPC e do PIB do ano passado

Relatório de Serys propõe salário mínimo de R\$ 453,67

O RELATÓRIO QUE a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentará hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 contera entre suas principais indicações a recomposição do salário mínimo para R\$ 453,67 no próximo ano. Na proposta enviada ao Congresso, o governo previa um valor de R\$ 449,97, mas a senadora decidiu agregar ao piso salarial a reposição da inflação (medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC) e o aumento real do produto interno bruto (PIB) apurado em 2007.

A alteração sugerida por Serys foi calculada de acordo com as regras previstas no Projeto de Lei 01/07, que se encontra no momento na Câmara dos Deputados, apenas para exame de emenda do Senado, que es-

tende o mesmo reajuste do piso salarial a todos os benefícios da Previdência Social.

Esse projeto é uma das medidas remanescentes do pacote de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O texto define uma política para o salário mínimo até 2011, em que o reajuste anual terá como base a inflação medida pelo INPC acrescido da variação do PIB observada dois anos antes.

Emendas

Serys confirmou, por meio de



Parecer de Serys sobre LDO traz mudanças relevantes

informe de seu gabinete, que o relatório incorpora a maioria das emendas coletivas apresentadas pelos parlamentares à proposta de LDO. Adianta, ainda, que foram feitas outras alterações relevantes no texto original, sobretudo no que diz respeito às ações para a área social.

A LDO, de vigência anual, fixa regras e define parâmetros para a elaboração do Orçamento do exercício a que se refere, além de trazer normas complementares que devem ser seguidas na execução dos gastos. O texto do projeto de lei para 2009 recebeu 2.939 emendas, em grande parte dirigidas ao Anexo de Metas e Prioridades, onde são definidas obras e atividades que, em princípio, devem receber atenção especial na alocação de recursos e, em seguida, na fase de execução dos gastos.

Senadores irão a fórum sobre mudança climática

Renato Casagrande (PSB-ES), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Serys Slhessarenko (PT-MT) participarão, entre os dias 27 e 29 de junho, no Japão, do Fórum de Legisladores Tóquio G8+5, evento que tem por objetivo debater as alterações climáticas no mundo, problemas e propostas de soluções.

Ao final do encontro, que também contará com a presença dos deputados federais Antônio Palocci (PT-SP), Augusto Carvalho (PPS-DF) e Rebecca Garcia (PP-AM), será elaborado um documento dirigido a autoridades de todo o mundo. Entre as principais questões a serem discutidas, terão destaque a mudança climática após 2012, um relatório final da comissão sobre biocombustíveis e sobre atividades madeireiras ilegais, mecanismos de mercado e transferência de tecnologia e eficiência.

O fórum é iniciativa da Organização Mundial de Legisladores para o Meio Ambiente Equilibrado (Globe Internacional), que, todo ano, organiza eventos similares e custeia as despesas dos participantes. É composto por parlamentares do G8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e de Brasil, México, China, Índia e África do Sul.

OAB defende rejeição de proposta sobre precatórios

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, reuniu-se ontem com vários senadores, na tentativa de convencê-los a votar contra o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) a sete propostas de emenda à Constituição que alteram as regras para o pagamento dos precatórios em atraso.

Na opinião do dirigente da OAB, a PEC em votação estabelece um "calote" da dívida dos estados com o cidadão e cria também um mecanismo autoritário à disposição do Executivo, o que, avaliou, é "inimaginável num governo democrático".

– A proposta permite pagamento em até 30 anos após o ajuizamento da ação e ainda concede um enorme poder autoritário aos prefeitos e governantes – explicou em entrevista.

Como alternativa, a OAB sugere a criação de juizados de conciliação em que as duas partes discutiriam os termos do pagamento da dívida.



Cezar Britto diz que a iniciativa estabelece "calote" ao cidadão



Simon: Congresso deve decidir o que fazer com candidatos com ficha "suja"

Simon defende julgamento rápido de candidato

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a cobrar o julgamento dos processos em que figurem como réus candidatos em eleições para cargos proporcionais e majoritários. Na segunda-feira, o parlamentar alertara para a exigência da sociedade de que o Congresso legisle sobre o que fazer com os candidatos com "ficha suja".

Simon disse que, embora o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha se manifestado recentemente pelo cancelamento do registro apenas dos condenados em última instância, o Legislativo tem de se manifestar sobre o assunto para esclarecer os procedimentos da Justiça Eleitoral em relação aos casos ainda não julgados.

– Lamentavelmente, com a dificuldade da Justiça brasileira, as leis de processo do Brasil e a força de alguém que tenha um bom advogado, ninguém é condenado, nem deputado, nem senador – disse Simon, autor de projeto de lei que determina à Justiça julgar os casos em que são réus os candidatos antes das convenções partidárias.

O senador frisou que concorda com o presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto, quando ele cobra dos partidos que, nas suas convenções, selecionem as pessoas com biografia "limpa". A propósito, Simon mencionou o projeto de sua autoria que permite a um percentual dos que vão votar na convenção preparar um memorial apresentando acusação contra um candidato a vereador ou a prefeito. A questão ficaria para ser analisada pela comissão de ética do partido.

– Acho que os convencionais devem ter o direito de dizer se a pessoa deve ou não ser candidata. Claro que a convenção, soberanamente, deve decidir.

Flexa Ribeiro lamenta morte do escritor Benedicto Monteiro

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a morte do escritor paraense Benedicto Wilfredo Monteiro, ocorrida no fim de semana, aos 84 anos. Ele pediu o envio de condolências à família do romancista e à Academia Paraense de Letras.

Autor de *A terceira margem*, Benedicto Monteiro teve livros lançados na Holanda, Itália e Alemanha, conforme

Flexa Ribeiro. Utilizando sua experiência literária, lançou uma síntese da história paraense. O senador lembrou que Benedicto Monteiro exerceu os cargos de promotor público, juiz de direito e secretário de estado. Deputado estadual, foi cassado em 1964. Com a redemocratização do país, foi eleito deputado federal e reeleito para a Assembleia Constituinte.

Posse da nova diretoria da Comsefe será hoje, às 19h

A nova diretoria da Associação dos Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal (Comsefe), com mandato até 2010, tomará posse em cerimônia, às 19h de hoje, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. O evento contará com a participação do presidente do Senado, Garibaldi Alves. A associação será presidida por Romolo Mazzocante Júnior.

A entidade, criada há cinco anos, representa mais de uma centena de jornalistas e relações

públicas, profissionais dedicados à divulgação das atividades legislativas do Senado.

Entre as atribuições da Comsefe está a promoção da união e da solidariedade dos profissionais de Comunicação Social do Senado, tendo em vista o seu contínuo aprimoramento técnico e cultural. O conselho luta ainda pelo respeito aos preceitos constitucionais que garantem o direito à organização e à liberdade de expressão no exercício do trabalho.

Paim quer votar já proposta em favor de grevista

Em pronunciamento no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) apelou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, para que priorize a análise do projeto de sua autoria que veda a utilização do interdito proibitório contra movimento grevista pacífico. A matéria (PLS 513/07), apresentada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em setembro do ano passado, aguarda designação de relator.

Paulo Paim argumentou que, mesmo estando assegurado pela Constituição o direito de greve dos trabalhadores, seu exercício, especialmente pela categoria dos bancários, vem sendo cerceado por meio da interposição do interdito proibitório – remédio jurídico previsto no artigo 932 do Código de Processo Civil (CPC) e utilizado para impedir grevistas de ocuparem as instalações da empresa durante a mobilização com o objetivo de proteger o patrimônio.

– Com base nesse preceito [interdito proibitório], os banqueiros, e no geral os empregadores, têm usado a estratégia de recorrer à Justiça comum, invocando o mesmo artigo 932 do CPC, sob o argumento de que a ação dos grevistas representa ameaça ao direito de uso e gozo da propriedade dos bancos, mais especificamente das agências – disse. O senador criticou as diversas liminares concedidas pelo Judiciário aos banqueiros impondo pesadas multas aos sindicatos dos bancários.

Turismo rural

Paim registrou ainda, em seu discurso, o encaminhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário de projeto de turismo rural ambiental no seu estado pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS).

Comissão elabora proposta para intensificar o combate a produção, venda e distribuição de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente

CPI apresentará projeto que define o crime de pedofilia

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito da Pedofilia aprovou ontem o texto do projeto de lei que será sugerido pela CPI com objetivo de definir o crime de pedofilia, criminalizar outras condutas envolvendo crianças e adolescentes e atualizar penas para crimes já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A idéia é intensificar o combate à produção, à venda e à distribuição de pornografia infantil e criminalizar condutas como a aquisição e a posse de material pedófilo pela internet. Também foi aprovada a urgência para a tramitação da proposição no Senado. Em reunião extraordinária, hoje, os membros da CPI devem ainda elaborar a redação final do artigo do estatuto que define o crime de pedofilia.

– O projeto inclui uma série de crimes que não estavam previstos na legislação, como a posse de materiais pornográficos, o armazenamento destes na internet, a compra de material e a exposição dos produtos, ainda que não aconteça venda. Assim, nos aproximamos da legislação internacional. Estamos tentando tapar o buraco que existe na nossa legislação, e isso vai fazer a punição muito mais efetiva – explicou o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO).

A proposta modifica o artigo 240 do ECA para punir quem “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”. Assim, a pena para esses delitos que atualmente é de dois a seis

anos, mais multa, passaria a ser de quatro a oito anos, mais multa. Quem agencia, facilita, recruta, coage ou intermedeia a participação de menor nessas cenas também incorrerá nas mesmas penas. A lei atual pune apenas quem contracenava. A pena seria aumentada em um terço para o criminoso que tira vantagem de relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade e se o crime for cometido por parente até terceiro grau ou que seja ainda tutor, curador, preceptor, empregador ou tenha autoridade sobre a vítima.

Quem vende ou expõe à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança e adolescente também estaria sujeito a pena de quatro a oito anos, além de multa.



Ao lado de Romeu Tuma (E), Malta preside reunião da CPI. À direita, Demostenes: “Vamos tapar um buraco da legislação”



Oferta de pornografia infantil pode motivar prisão

A nova redação proposta pela CPI para o artigo do ECA que trata de pedofilia também define pornografia infantil, que passaria a compreender “qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas ou insinuadas, ou exibição dos órgãos genitais para fins primordialmente sexuais”.

A distribuição de material contendo pornografia infantil – seja oferecendo, trocando, transmitindo, publicando ou divulgando por qualquer meio – passaria a ser punida com pena de reclusão de três a seis anos.

Também se estabelece puni-

ção aos provedores de internet que deixarem de desabilitar o acesso a material pedófilo. Há ainda duas outras condutas não criminalizadas no ECA que estão no projeto: a montagem de pornografia infantil, com adulteração de fotografia ou vídeo; e o assédio virtual, o chamado *grooming*, representado pelo uso da internet para aliciar, assediar, instigar ou constranger criança por qualquer meio de comunicação, com o fim de praticar ato libidinoso.

Quem facilitar ou induzir o acesso da criança a material contendo cenas de sexo explícito também pode ser punido.

Todos esses novos tipos penais propostos têm pena de um a três anos.

– Com o trabalho dos ministérios públicos Federal e estaduais, da CPI, dos assessores, criamos e tipificamos, criminalizamos definitivamente todo tipo de atitude que possa colocar a criança em situação de risco ou em situação de sexo ainda em sua tenra idade – avaliou o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES). Ele lembrou o compromisso assumido pelos líderes partidários e pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, de dar celeridade à votação da proposta.

Comissão recebe dados sigilosos do UOL

Chegaram ontem à CPI da Pedofilia os sigilos telemáticos do provedor de internet Universo Online (UOL), com o conteúdo dos diálogos e o registro de acesso dos usuários que utilizavam a sala Incesto, mantida pelo provedor.

Requerimento aprovado no início de junho determinou o envio dos arquivos com textos, fotos e mensagens veiculados na sala de bate-papo durante todo o período em que esteve ativa, informações sobre o endereço eletrônico de cada usuário que dela participou, além dos dados dos responsáveis pela criação e administração da sala Incesto.

– Aqui, certamente, tem muita lama, lágrima e sangue –, afirmou o presidente da CPI, Magno Malta, ao mostrar o CD com as informações.

Diligência

Também ontem, os parlamentares da comissão aprovaram requerimento de diligência em Boa Vista, para ouvir acusados de pedofilia presos durante a Operação Arcanjo, da Polícia Federal. Realizada no início de junho, a operação desarticulou um esquema de tráfico de drogas e prostituição infantil envolvendo autoridades e empresários de Roraima.

O procurador-geral do estado, Luciano Alves de Queiroz, está entre os acusados, além do major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes e do funcionário do Tribunal Regional Eleitoral Hebrônio Silva Vilhena.

A CPI da Pedofilia também deve ouvir outros presos na operação: Lidiane Nascimento, Givanildo dos Santos Castro, Jackson Nascimento, Valdivino Queiroz da Silva e José Queiroz da Silva.

Em debate, a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência



Eduardo Azeredo será o relator do documento, já aprovado pela Câmara

A Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida dessas pessoas serão debatidos amanhã durante audiência pública. A iniciativa é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

O debate foi requerido pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). Conforme disse, o texto da convenção,

aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados, terá como relator, no Senado, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A convenção é um instrumento internacional que abarca os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência. De acordo com informações do portal da Presidência da República, 25 países já ratificaram o documento, a partir do qual o Estado compromete-se a cumprir diversas obrigações na forma de

diretrizes e mecanismos para a garantia de direitos como acessibilidade ao transporte, bem como os direitos à informação e à comunicação.

Para a reunião de amanhã, foram convidados o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi; o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; a titular da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), Izabel

Maria Madeira de Loureiro Maior; o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Alexandre Carvalho Baroni; a organizadora da publicação *A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*, Flávia Maria de Paiva Vital; e a presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis), Regina Maria Melo Atalla.

Teixeira pode depor hoje sobre a Varig

O advogado Roberto Teixeira deverá ser ouvido hoje, às 10h, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Já os sócios brasileiros do fundo norte-americano Matlin Patterson,

que em 2006 comprou a Varig, também deveriam depor hoje, mas alegaram não poder comparecer ao Senado porque irão participar de audiência sobre o caso no Tribunal de Justiça de

São Paulo.

A ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu acusa Roberto Teixeira de ter influenciado o governo a aprovar a venda da

Varig para a VarigLog com a intenção de dispensar os sócios brasileiros (Marco Antonio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo) de exigências legais para concretizar a negociação.

Representante do TCU é a favor do prazo-limite para concessão de áreas em terminais aeroportuários, enquanto dirigente de associação de concessionários argumenta que, pela norma vigente, o período de uso é muito curto

Debatedores defendem mudança nas regras para comércio em aeroportos

A NECESSIDADE DE uma nova legislação sobre a exploração de atividades comerciais e de serviços nos aeroportos do país foi defendida ontem pelo presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários, Modesto Gomes Lopes e pelo representante do Tribunal de Contas da União (TCU) Horácio Sabóia Vieira. Eles participaram de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre a exigência de licitação para concessão de áreas nos terminais.

Horácio Sabóia Vieira, que é titular de diretoria técnica da Terceira Secretaria de Controle Externo do TCU, destacou que o tribunal, em várias de suas decisões, "firma posição no sentido de que a licitação é obrigatória". Já Modesto Gomes Lopes defendeu a suspensão das licitações nas áreas ocupadas até que haja consenso sobre um regulamento que discipline as concessões de uso de áreas comerciais.

O representante dos concessionários argumentou que as normas sobre a utilização de áreas aeroportuárias no Brasil



Leomar Quintanilha (3º à esq.) preside audiência pública da CMA sobre exigência de licitação em terminais aeroportuários

representam um obstáculo para o desenvolvimento e o sucesso das áreas comerciais, pois estabelecem um prazo extremamente curto para a utilização dos espaços internos destinados ao comércio. Ele se referia à portaria que fixa o período desses contratos em no máximo cinco anos, podendo ser renovados por mais cinco.

Segundo Modesto Gomes Lopes, essa portaria está baseada na Lei de Licitações (8.666/93), que, na sua opinião, não é adequada para os concessionários

aeroportuários.

Prazo-limite

Por sua vez, Horácio Sabóia observou que "o TCU enxerga, através dos dispositivos legais, que é necessário haver um prazo-limite, peremptório, em respeito aos princípios maiores de isonomia". Ressaltou que "o TCU insiste na questão do prazo contratual" para que, após o seu termo, qualquer empresário ou cidadão possa ter o direito de acesso à condição de contratado da administração pública como

prestador de serviço.

Conforme a associação, mais de 3 mil empresas, a maioria de pequeno porte, atuam como concessionárias aeroportuárias e seriam responsáveis por cerca de 65 mil empregos diretos.

Dirigida pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a audiência contou também com a participação de Jorge Godinho Barreto Nery, titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, e Carlos Alberto Martins de Souza, diretor comercial da Infraero.

Regulamentação temporária está em estudo, anuncia secretário

Em resposta a questionamentos dos senadores Gim Argello (PTB-DF), que propôs a audiência, e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o secretário de Aviação Civil do Ministério da Defesa, tenente-brigadeiro-do-ar Jorge Godinho Barreto Alves, afirmou que, até meados de julho, a pasta deverá concluir proposta de regulamentação temporária do setor. Esse trabalho, explicou, está em fase de consulta ao setor privado.

Argello defendeu a ampliação do prazo de utilização das áreas pelos concessionários dos atuais cinco anos para dez anos.

Ao responder a Flexa Ribeiro sobre privatização dos aeroportos, o diretor-comercial da Infraero, Carlos Alberto Martins de Souza, afirmou que o objetivo da estatal é a flexibilização, a exemplo do que faz a Petrobras, e não a total privatização dos terminais. Ele acrescentou que

a receita da Infraero, que é uma empresa pública, com aeroportos como Viracopos (Campinas-SP), representa 30% da arrecadação do sistema e permite a sustentação de aeroportos não tão rentáveis, como os de Altamira (PA) e Bagé (RS).

– A Infraero tem a missão de integração nacional. A sustentação econômica desse sistema depende do conjunto: as jóias da coroa são Guarulhos e Vira-

copos, que permitem a maior receita operacional aeroportuária do Brasil – declarou o representante da Infraero.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), estabeleceu 30 de julho como prazo para a apresentação de sugestões por parte do setor privado e do Poder Executivo para mudanças na legislação do setor.

Quintanilha: água é tema de fórum

Ao abrir a audiência da Comissão de Meio Ambiente, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) prestou informações a respeito da mobilização internacional da qual participou no domingo em Saragoça (Espanha), quando foi comemorado o Dia Nacional do Brasil na Expo 2008. Segundo o presidente do colegiado, esse tipo de articulação é essencial para enfrentar o problema do abastecimento de água da população.

Leomar Quintanilha disse ter participado de mesa-redonda em que foi debatido o tema "A Política de Recursos Hídricos do Brasil e a Implementação de seus Instrumentos". Informou que o encontro contou com a presença da senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), bem como das senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS) e Fátima Cleide (PT-RO).

– É muito interessante que essa discussão mereça esse caráter internacional, pois é importante a articulação entre os diversos países para tratar de assunto tão importante – frisou o senador.

Quintanilha ressaltou que o Brasil, apesar de dispor do maior percentual de água doce do planeta, enfrenta escassez no semi-árido nordestino e em cidades de regiões onde esse recurso natural é abundante mas não aproveitado e nem tratado de forma apropriada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Ppapaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Antônio Carlos Valadares • Efraim Morais

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Viana cobra regras para oferta de medicamentos especiais

Tião Viana (PT-AC) apontou a falta de normas sobre o fornecimento de medicamentos especiais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como uma das causas do grande número de decisões judiciais obrigando as secretarias de Saúde a disponibilizarem tais remédios aos demandantes das ações. Conforme disse o senador, a situação tem gerado a "asfixia" dos serviços públicos de saúde nos estados e municípios, que enfrentam dificuldades orçamentárias para adquirir e fornecer remédios que não constam das farmácias das unidades de saúde.

O senador coordenou os trabalhos do seminário "Judicialização das Políticas de Assistência Farmacêutica: o caso do Distrito Federal", promovido pelo Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal. No evento, ocorrido ontem, foram apresentados os resultados de pesquisa realizada pelo consultor legislativo Luiz Carlos Romero.

Entre as iniciativas parlamentares que visam regulamentar a oferta de medicamentos especiais pelo SUS, Tião Viana destacou projeto de sua autoria (PLS 219/07) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ) e aguarda parecer do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). O texto está sendo examinado em conjunto com o PLS 338/07, apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

Ações judiciais

A pesquisa promovida por Luiz Carlos Romero, com dados do Distrito Federal, mostrou o crescimento em mais de 240%, em três anos, no número de ações judiciais visando ao fornecimento de remédios não disponibilizados pela rede pública – foram 682 ações em 2006 contra 281 em 2003.

Convidada a debater os resultados do estudo, Maria Célia Delduque, da Fundação Oswaldo Cruz, concordou com a necessidade de regras para evitar que decisões judiciais contrariem normas técnicas. No entanto, a especialista vê nas ações judiciais a única alternativa da população para suprir as deficiências do sistema público.

Também participando da mesa do seminário, o diretor do Fundo de Saúde do Distrito Federal, José Maria Freire, apontou dificuldades no processo de aquisição de remédios como a principal causa da demora no fornecimento de medicamentos.



Tião Viana (C) reconhece "asfixia" dos serviços públicos de saúde

Senadores lamentam perda de José Carlos Estelita Guerra

Os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Marco Maciel (DEM-PE) encaminharam ontem um requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado José Carlos Estelita Guerra, irmão mais velho do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), ocorrido nessa segunda-feira, no Recife.

Jarbas Vasconcelos lembrou que José Carlos Estelita Guerra foi deputado federal por duas legislaturas, deputado estadual, suplente do ex-senador José Jorge (DEM-PE), além de ter ocupado cargo de secretário na prefeitura do Recife e no governo estadual.

– Era uma pessoa amiga, leal, coerente e tinha um enorme círculo de amizade no estado de Pernambuco. Era um homem correto, um homem honrado, uma pessoa decente – afirmou.

Em nome da bancada, o líder do PSDB, Arthur Virgílio

(AM), também abriu para assinaturas um requerimento solicitando voto de pesar pela morte de José Carlos Estelita Guerra. O senador ressaltou que a figura do ex-deputado povoou sua adolescência, pois freqüentava sua casa e era colega parlamentar de seu pai, que foi deputado e senador.

Arthur Virgílio disse que José Carlos Estelita Guerra, que era da ala progressista da UDN, a chamada Bossa Nova da UDN, foi cassado pelo Ato Institucional 5, assim como seu pai, que também perdeu os direitos políticos e o mandato de senador.

– Era uma figura extremamente agradável, uma figura humana da melhor qualidade – assinalou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) associaram-se aos votos de pesar pelo falecimento de José Carlos Estelita Guerra.

Projeto aprovado pela Comissão de Educação beneficia universidades e escolas técnicas federais. Texto tramita em regime de urgência e precisa ainda passar pelo Plenário



Pedro Simon, Valdir Raupp, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi discutem a oferta de cursos profissionais e de graduação

Mais 45 mil cargos efetivos nas instituições de ensino

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto (PLC 91/08) que cria 45.660 cargos efetivos de professor e técnico administrativo em instituições federais de educação profissional, tecnológica e superior. A proposta também cria 7.597 cargos em comissão e funções gratificadas para as mesmas instituições.

De autoria do Executivo, a matéria tramita em regime de urgência no Congresso e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. No Senado, o texto tramita simultaneamente nas comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ). Deverá também ser votado pelo Plenário.

No voto que apresentou à CE, o relator *ad hoc* do projeto, Paulo Paim (PT-RS), salientou a "fase difícil" enfrentada pelas universidades federais e pelos centros de educação profissional e tecnológica. Impedidas de "repór com regularidade seus recursos humanos", lembrou o senador, essas instituições foram obrigadas a limitar seu crescimento e reestruturar a oferta de cursos, cortando vagas ou sobrecarregando docentes e técnicos administrativos.

– Em boa hora, o governo

federal mudou a política que restringia o crescimento da oferta de cursos profissionais e de graduação em nível superior.

Heróis

Também foi acolhido pela CE o projeto (PLC 19/08) que inscreve o nome de Antônio de Sampaio no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. A proposição teve como relator *ad hoc* o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que destacou a participação de Sampaio em três guerras externas – entre as quais a Guerra da Tríplice Aliança.

Paim defende a educação técnica contra a violência

O assassinato de três jovens por traficantes, no Rio de Janeiro, poderia ter sido evitado se o país já tivesse feito uma opção, no passado, pela educação profissional. A avaliação foi feita por Paulo Paim durante a discussão, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de projeto de lei (PLS 44/08), de Gerson Camata (PMDB-ES), que define 2009 como o Ano do Ensino Técnico.

– A escola técnica é a grande esperança dos mais pobres – disse Paim.

O projeto não chegou a ser votado, pois tramita em decisão terminativa e sua aprovação exigiria quórum qualificado. Mas o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que presidia a reunião, o colocou em discussão para que possa ser examinado em uma próxima reunião.

Gerson Camata lembrou que em 2009 se registra o centenário de criação das escolas de artefices, formadas em escolas técnicas federais. Marina Silva (PT-AC) apoiou a proposta.

Também foi discutido projeto (PLS 92/08) de Paim que autoriza o Executivo a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne em São Gabriel (RS).



Éder Carlos (ao lado da mãe, Elis Regina) foi vitorioso em quadro do programa de Luciano Huck

Homenagem a Éder Carlos, vencedor do "Soletrando"

Na homenagem da Comissão de Educação ao estudante Éder Carlos Lopes Coimbra – vencedor do quadro "Soletrando" do programa *Caldeirão do Huck*, da TV Globo –, o presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que educação depende da família, da escola e da mídia. Na sua opinião, o "Soletrando" presta importante contribuição à educação e deveria incluir provas de outras disciplinas. Como o estudante pretende seguir a profissão de economista, o senador pediu a ele que se tornasse um economista educacionista.

Marina Silva (PT-AC) frisou que educação e ecologia são as grandes questões deste

século.

Éder disse que só foi possível ganhar o concurso devido ao apoio da família, dos colegas, da escola, do diretor, dos professores e da comunidade. Ele estuda em uma escola municipal de Padre Paraíso, no Vale do Jequitinhonha (MG).

Segundo Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento, a homenagem é importante por oferecer um exemplo aos demais estudantes. Romeu Tuma (PTB-SP) sugeriu que a CE apresente voto de louvor em Plenário ao apresentador do "Soletrando", Luciano Huck.

Para Eliseu Resende (DEM-MG), Éder é um campeão.

Em sessão solene requerida por Virgílio e Cristovam, com presença da esposa e dos filhos de ex-senador, Plenário lembra vida exemplar

Senado homenageia luta de Jefferson pela ética

EM VIRTUDE DE requerimento dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o Senado realizou ontem sessão especial para homenagear o senador Jefferson Péres, relembrar sua vida política e, principalmente, a luta pela ética que marcou sua atuação como senador da República. Participaram da cerimônia o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Ayres Brito; o prefeito de Manaus, Serafim Fernandes Corrêa; o presidente do Tribunal de Justiça de Manaus, Osanar Florêncio de Menezes, além da esposa do homenageado, a juíza Marlídice Péres, e seus três filhos Rômulo, Ronald e Roger.

Ao abrir a sessão, o 2º vice-

presidente do Senado, Alvaro Dias, afirmou que o Parlamento brasileiro ficou menor com o falecimento de Jefferson Péres, que deixou imensa lacuna em razão de sua grandeza no cumprimento do mandato. Alvaro Dias destacou a ação destemida e a prontidão incansável do homenageado em defesa da ética na política.

Para Cristovam Buarque, seria muito bom pertencer a um país em que todos se pautassem pela ética, conforme pregava Jefferson Péres. Até mesmo um conceito universal como soberania nacional estaria sendo esquecido no Brasil, conforme avaliou, soterrado pela globalização, que, na verdade, nada mais seria do que "englobação

de todos os países sob um país maior e mais forte".

Ditadura

Arthur Virgílio recordou os tempos em que a luta contra a ditadura era a própria razão de ser da política, nos idos de 1978, quando disputou pela primeira vez a eleição para deputado federal. Segundo comentou, Jefferson lhe disse que era preciso mostrar os malefícios práticos que uma ditadura causava aos cidadãos: a concentração de renda, a dificuldade de crescer quando se era um pequeno empresário, as incertezas de pacotes econômicos, o desastre ecológico e de política energética que foi a hidrelétrica de Balbina e a irracionalidade da

Transamazônica.

Numa quebra de protocolo, Roger leu as palavras que dedicou ao pai em sua missa de sétimo dia. Para Roger, seu pai era um homem sensível e humano, bem diferente de sua aparência sisuda.

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) louvou a presença maciça de senadores e autoridades na sessão solene, numa demonstração sincera do vácuo que Jefferson Péres deixará na política.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), falando em nome de seu partido, disse que Jefferson Péres deixará saudades porque o Brasil vive um momento difícil, em que figuras que são referências de vida política honrada fazem muita falta.

Prudência, habilidade e perseverança

Durante a sessão especial de ontem, o senador Marco Maciel (DEM-PE) disse que Jefferson era "um modelo de homem público", que sempre pautou a sua vida levando em conta a prudência, a habilidade política e a perseverança na concretização de suas idéias. Para Maciel, o texto conciso e o uso da palavra de modo preciso tornavam ainda mais claras as idéias defendidas por Jefferson. O senador destacou a firmeza das convicções do homenageado e disse que ele foi um "exemplo de civismo e de dedicação à causa pública que deve ser seguido pelas novas gerações".

Em nome do PT, João Pedro (AM) enalteceu a atuação de Jefferson Péres na defesa da Amazônia e de sua população. O representante do Amazonas informou ainda que apresentou projeto de resolução denominando "Sala Senador Jefferson Péres" o local onde se reúnem as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) – a sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Anexo II do Senado.

Pela liderança da Minoria, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) colocou em relevo a "intransigente" defesa do interesse público feita por Jefferson Péres visando a um país melhor, bem como a lucidez dele na defesa "apaixonada e realista" da Amazônia.

Referência

Já o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) frisou que Jefferson Péres "tornou-se a consciência crítica do Senado". Destacou o espírito público do homenageado e afirmou ainda que a perda do senador é muito sentida na Casa.

Em nome do Democratas, o líder do partido, senador José Agripino (RN), reconheceu que a morte de Jefferson Péres pegou a todos de surpresa e que o Senado sentirá a ausência do homenageado, já que ele era "uma referência". Disse que se orgulhava da amizade que mantinha com Jefferson.

A senadora Marina Silva (PT-AC) lembrou que Jefferson era um homem público ético e de qualidades morais reconhecidas por todos, e que o discurso dele convencia. Reconheceu também outra qualidade do senador: a de se convencer diante de argumentos convincentes.

O senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) destacou uma faceta de Jefferson Péres que considera peculiar: a ojeriza à demagogia.



Garibaldi Alves (D), na presidência da sessão, anuncia publicação de volumes com discursos de Jefferson Péres; a seu lado, a viúva Marlídice Péres e Arthur Virgílio



Rômulo Péres louva a cultura humanística do pai e faz agradecimento ao Senado; Roger Péres afirma que Jefferson era um homem sensível e humano



Substituto destaca fundo para a Amazônia Ocidental

O senador Jefferson Praia (PDT-AM), primeiro suplente que assumiu a vaga de Jefferson Péres, destacou o que considera a grande contribuição do senador para a Amazônia: a proposta de emenda à Constituição (PEC 19/00) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, matéria que tramita na Câmara dos Deputados. Ele disse estar estudando uma forma de retomar a discussão sobre o assunto e pediu o apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves, nesse sentido.

Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que tinha em Jefferson Péres um grande amigo e um orientador no que diz

respeito à ética e à dignidade na representação do voto popular. Tuma lembrou ocasiões em que consultava Jefferson Péres sobre questões que chegavam à Corregedoria do Senado antes de tomar decisões.

Augusto Botelho (PT-RR) pediu o apoio do presidente do Senado para que seja votada rapidamente pelo Plenário a PEC 86/07, que determina a votação aberta nos processos de cassação de mandato de senadores e deputados. José Nery (PSOL-PA) conclamou seus pares a se comprometerem, como forma de homenagear Jefferson, a promover em 2009 a reforma política.

Filho diz que família não deixará morrer a esperança

Ao discursar em Plenário, Rômulo Péres, primogênito de Jefferson Péres, destacou o reconhecimento de sua família ao Senado, por ter sido nesta Casa que o então senador teve a oportunidade de demonstrar o seu ardor e a sua luta pela ética na política. Rômulo louvou a cultura humanística de seu pai e garantiu que, por mais irreparável que seja a perda, sua família não deixará morrer a esperança de se poder fazer política sem transigir com a ética, de se poder criticar adversários sem ofender.

Já o senador Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que, apesar de Jefferson ser um homem de hábitos simples, a importância

de sua vida fez com que fosse enterrado com honras militares e decretado luto oficial por três dias.

Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou o trabalho incessante de Jefferson à frente de questões polêmicas e observou que há no Senado um grande reconhecimento por seu exemplo de retidão e dignidade.

Ao encerrar a sessão solene, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, agradeceu a presença das autoridades e dos familiares de Jefferson. Também anunciou que o Senado publicará dois volumes com os discursos de Jefferson como uma homenagem ao seu legado de retidão e ética.